

A. I. N° - 299164.0206/02-8
AUTUADO - JAIRO MARTINS BRITO & IRMÃO LTDA.
AUTUANTES - CARLOS RIZÉRIO FILHO e OSVALDO CEZAR RIOS FILHO
ORIGEM - IFMT-DAT/SUL
INTERNET - 31/07/2002

3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0246-03/02

EMENTA: ICMS. INSCRIÇÃO CADASTRAL. DESTINATÁRIO COM INSCRIÇÃO CADASTRAL CANCELADA. TRÂNSITO DE MERCADORIAS. Comprovado nos autos que o cancelamento da inscrição estadual do contribuinte foi indevido e posteriormente anulado pela SEFAZ. Auto de Infração **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide foi lavrado, em 08/02/02, para exigir o ICMS no valor de R\$ 212,73, acrescido da multa de 100%, em decorrência da falta de recolhimento do imposto na primeira repartição fazendária da fronteira ou do percurso, sobre mercadorias adquiridas para comercialização, procedentes de outra unidade da Federação, por contribuinte com a inscrição estadual suspensa, cancelada, em processo de baixa, baixada ou anulada.

O autuado apresentou sua peça de defesa (fl. 13), requerendo a improcedência do lançamento, sob a alegação de que o Edital de Cancelamento de sua inscrição, publicado no Diário Oficial sob o n° 01/2002, foi anulado, em 19/02/02, conforme a fotocópia do Diário Oficial do Estado acostada à fl. 14.

A auditora designada para prestar a informação fiscal, às fls. 21 e 22, aduz que “após pesquisa de informações na INFAZ/Brumado, baseadas no dossiê do contribuinte, fui informada de que a empresa foi cancelada indevidamente através do Edital n° 01/2002, de 18/01/2002, publicada no Diário Oficial do Estado, na página 06, que foi efetivamente anulado em 19/02/2002, conforme publicação no Diário Oficial do Estado desta data, na página 20”.

Prossegue dizendo que, nesse intervalo de tempo, foi iniciada a ação fiscal, quando o contribuinte se encontrava intimado para cancelamento por outro edital, dessa vez por motivo justo, mas que o cancelamento posterior somente ocorreu em 21/02/02, após a lavratura deste Auto de Infração e, segundo informação da Inspeção de Brumado, o autuado já regularizou a sua situação cadastral.

Conclui afirmando que, tendo sido indevido o cancelamento anterior da inscrição estadual, não deve o contribuinte ser apenado por fato a que não deu causa. Por essa razão, opina pela improcedência deste lançamento, com fundamento nos artigos 127, § 2º e 153, do RPAF/99.

VOTO

O presente Auto de Infração foi lavrado para exigir o ICMS, por antecipação, relativamente à aquisição de mercadorias em outros Estados, tendo em vista que o contribuinte estava com sua inscrição cancelada no CICMS/BA.

O autuado alega que o Edital de Cancelamento de sua inscrição, publicado no Diário Oficial de 18/01/02, sob o nº 01/2002, foi anulado, em 19/02/02, conforme a fotocópia do Diário Oficial do Estado acostada à fl. 14, fato confirmado pela auditora designada para prestar a informação fiscal.

O preposto fiscal afirma, ainda, que, nesse intervalo de tempo, foi iniciada a ação fiscal, quando o contribuinte se encontrava intimado para cancelamento por outro edital, dessa vez por motivo justo, mas que o cancelamento posterior somente ocorreu em 21/02/02, após a lavratura deste Auto de Infração e, segundo informação da Inspeção de Brumado, o autuado já regularizou a sua situação cadastral.

Dessa forma, tendo sido indevido o cancelamento anterior da inscrição estadual, não deve o contribuinte ser apenado por fato a que não deu causa, sendo indevido o valor apurado nesta autuação.

Voto pela IMPROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **IMPROCEDENTE** o Auto de Infração nº 299164.0206/02-8, lavrado contra **JAIRO MARTINS BRITO & IRMÃO LTDA.**

Sala das Sessões do CONSEF, 24 de julho de 2002.

DENISE MARA ANDRADE BARBOSA – PRESIDENTE/RELATORA

TERESA CRISTINA DIAS CARVALHO - JULGADORA

LUÍS ROBERTO DE SOUSA GOUVÊA - JULGADOR